



ESCOLA DE SAÚDE PÚBLICA
DO ESTADO DE MATO GROSSO

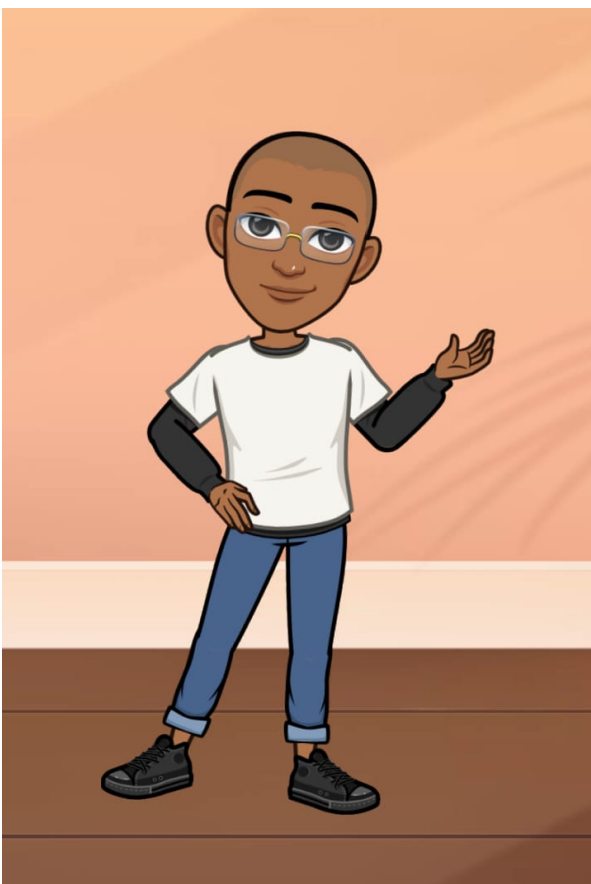
Capacitação para o Exercício da Docência nos Cursos Oferecidos pela ESPMT

Unidade de Aprendizagem I - A Política de Educação Permanente em Saúde e a ESPMT



Módulo 04 - A Política de Educação Permanente em Saúde e a ESPMT no seu processo de implementação

Apresentação



Olá, educando (a)!

Bem vindo(a) ao módulo 04:
A Política de Educação Permanente em Saúde e a ESPMT no seu processo de implementação.

Neste módulo iremos traçar o percurso histórico da Política de Educação Permanente em Saúde, da sua criação até o momento atual. Iremos também identificar seus objetivos e o que a diferencia das demais políticas, assim como, o papel da ESPMT em sua implementação.

Ao concluir o estudo deste módulo você será capaz de:

- Compreender a Política de Educação Permanente em Saúde;
- Compreender a importância da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso na implementação da Política de Educação Permanente em Saúde.

Vamos lá!

Conversando sobre a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde

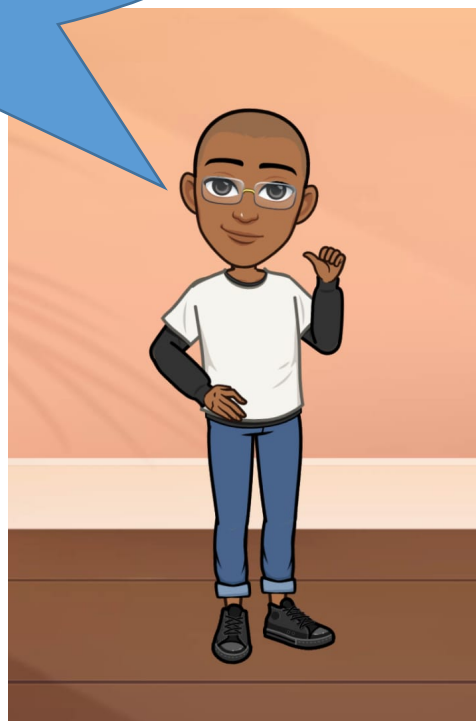
Os desafios sociais, demográficos e ambientais que sempre impactaram diretamente a saúde da população do nosso país geraram movimentos organizados pela sociedade e que possibilitam ao cidadão um espaço de participação, de fala e escuta, fortalecimento da sociedade e de busca por direitos e garantias sociais. Surgem os movimentos que deram origem a reforma sanitária e as lutas em busca de saúde pública de qualidade e acessível a todos os cidadãos.



A publicação da Constituição Federal de 1988 trouxe a garantia desses anseios. Nascia ali, o Sistema Único de Saúde - SUS.

Com o surgimento do SUS, surge também a necessidade de assumir a formação e capacitação dos trabalhadores da saúde de forma a atender as necessidades do Sistema de Saúde Público.

Para conhecermos esse percurso, vamos fazer um breve passeio?



Linha do Tempo da PNEPS

1988

Criação do SUS

Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - Criação

2004

Criação da PNEPS através da Portaria n. 198/2004, conduzida pelo Polo de Educação Permanente em Saúde.

Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - Operacionalização

2007

Publicação da Portaria n. 1996/2007, que normatiza repasse e distribuição de recursos. Institui as Comissão Integração Ensino e Serviço-CIES como instância condutora regional da PNEPS.

A Portaria nº 198/2004 criou a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS e foi publicada com o objetivo de nortear a formação e a qualificação dos profissionais inseridos no serviço público de saúde.

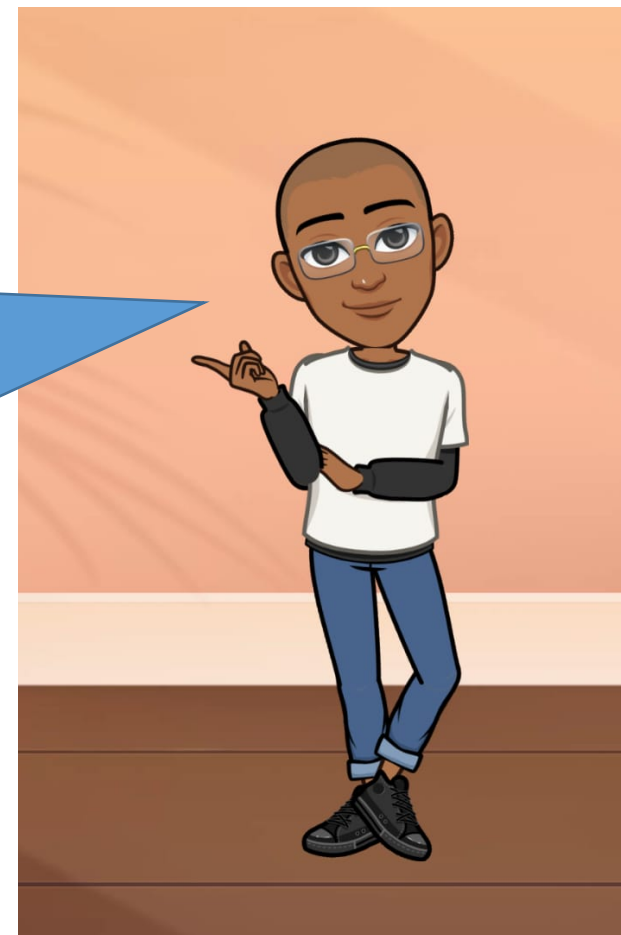
Estabelecia que os processos de trabalho no Sistema Único de Saúde promovessem a integração **multiprofissional** (várias profissões de saúde atuando juntas), **interdisciplinar** (várias especialidades atuando juntas) e **multisetorial** (vários setores ou serviços atuando juntos) para oferecer ao cidadão o melhor atendimento possível.



Também tinha como proposta a articulação entre o ensino (escolas de saúde pública, escolas técnicas, faculdades de cursos da saúde) acontecendo dentro do ambiente de trabalho do profissional de saúde, no serviço (hospitais, laboratórios, unidades básicas, centros de saúde, entre outros).

A condução da PNEPS era feita por um Colegiado de Gestão loco-regional, chamado Polo de Educação Permanente .

Você sabe quais eram as atribuições do Polo de Educação Permanente?



Atribuições do Polo de Educação Permanente:

- I - Identificar necessidades de formação e de desenvolvimento dos trabalhadores de saúde e construir estratégias e processos que qualifiquem a atenção e a gestão em saúde e fortaleçam o controle social no setor na perspectiva de produzir impacto positivo sobre a saúde individual e coletiva;
- II - Mobilizar a formação de gestores de sistemas, ações e serviços para a integração da Rede de Atenção como cadeia de cuidados progressivos à saúde (rede única de atenção intercomplementar e de acesso ao conjunto das necessidades de saúde individuais e coletivas);
- III - Propor políticas e estabelecer negociações interinstitucionais e intersetoriais orientadas pelas necessidades de formação e de desenvolvimento e pelos princípios e diretrizes do SUS, não substituindo quaisquer fóruns de formulação e decisão sobre as políticas de organização da atenção à saúde;

Atribuições do Polo de Educação Permanente:

IV - Articular e estimular a transformação das práticas de saúde e de educação na saúde no conjunto do SUS e das instituições de ensino, tendo em vista a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para o conjunto dos cursos da área da saúde e a transformação de toda a rede de serviços e de gestão em rede-escola;

V - Formular políticas de formação e desenvolvimento de formadores e de formuladores de políticas, fortalecendo a capacidade docente e a capacidade de gestão do SUS em cada base local/regional;

VI - Estabelecer a pactuação e a negociação permanentes entre os atores das ações e serviços do SUS, docentes e estudantes da área da saúde; e

VII - Estabelecer relações cooperativas com as outras articulações locais/regionais nos estados e no País.

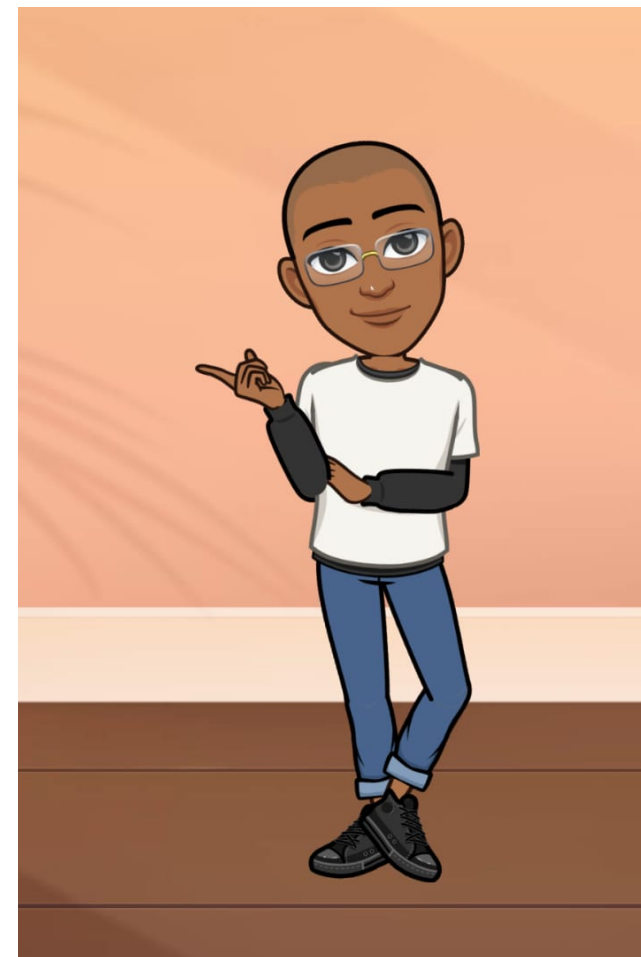
Os Polos de Educação Permanentes eram compostos por....



Cada Polo era responsável por determinada região (de saúde ou distribuição geográfica) e pelo levantamento da necessidade de formação e desenvolvimento dos seus trabalhadores da saúde.

A definição das regiões se dava por pactuações na Comissão Intergestora Bipartite - CIB e todos os município do Estado necessitavam estar vinculados a um Polo. A normatização acontecia através de publicação pelo Conselho Estadual de Saúde.

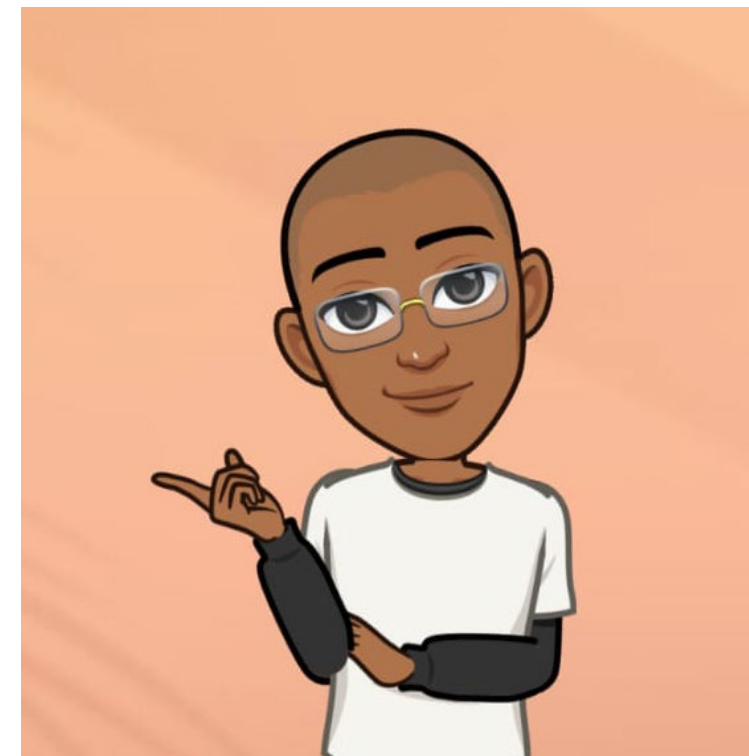
Suas ações eram conduzidas por um conselho gestor, formado por representantes da Saúde Estadual, dos gestores de saúde municipais (COSEMS), do gestor do município sede do Polo, das instituições de ensino e por estudantes e era formalizado pelo Conselho Estadual.



O repasse financeiro para custeio das ações educacionais era através da distribuição de recursos federais e foram usados prioritariamente para a estruturação dos Polos e para projetos de capacitação identificados como prioritários.

Os Polos eram espaços de articulação, onde ocorriam debates, decisões políticas e de avaliação e também a coordenação de projetos de formação dos trabalhadores.

As ações dos projetos não eram realizadas pelos Polos, apenas o acompanhamento destas. Cada Polo de Saúde tinha uma secretária executiva e podia formar entre seus membros grupos temáticos para debate e acompanhamento de temas de saúde específicos.



Em agosto de 2007 foi publicada a Portaria nº 1996, que complementou a Portaria nº 198/2004. E o que ela trazia de diferente?

Condução da PNEPS

- A condução da PNEPS passa a ser através das Comissões Intergestores Bipartite, que são assessoradas tecnicamente pela Comissão Integração Ensino Serviço - CIES.
- As ações educacionais são deliberadas pela CIR (Regional) ou CIB (estadual).
- A CIES (regional ou estadual) é composta por representantes da gestão da saúde e educação, ensino, serviço e controle social, com reuniões periódicas para articulação, planejamento, monitoramento e avaliação de ações de EPS regionais ou estaduais. A CIES tem caráter consultivo.

Ações Educacionais

- Elaboração de Planos de Ação Regional de Educação Permanente (PAREPS), construídos coletivamente pelos município da região e que devem atender as necessidades regionais de capacitação dos profissionais.
- Os PAREPS elaborados são pactuados em CIR e apresentados em CIB. A CIES acompanha a execução das ações.

Criação das CIES e transferência de recursos

- Os Polos de Saúde são substituídos pelas CIES, que podem ser CIES regionais de Estaduais. A composição segue o quadrilátero gestão, ensino, serviço e controle social.
- Com as CIES, o financiamento das ações deixa de ser através de projetos aprovados pelo Polo e passam a ser através do Bloco de Gestão do SUS, transferidos Fundo a Fundo, respeitando o teto financeiro de repasses, de forma automática e regular.

Alguns avanços e desafios após a publicação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde - PNEPS:

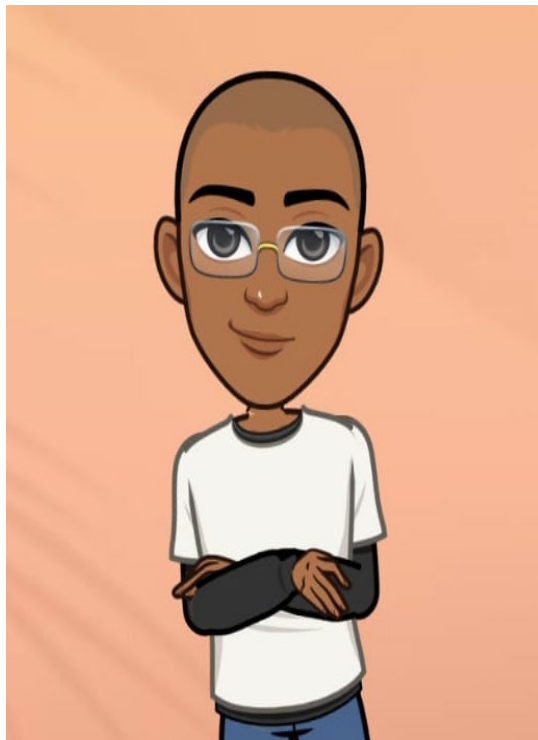




Agora vamos fazer leitura do artigo: A política nacional de educação permanente em saúde nas escolas de saúde pública: reflexões a partir da prática.

<https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1489.pdf>





A Portaria nº 3194 de 28/11/2017 foi quem instituiu o PROEP-SUS.

Para saber mais sobre o que foi o PROEP-SUS, clique no link a seguir:

http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2017/prt3194_30_11_2017.html



Como você observou, a implantação da PNEPS gerou um série de avanços, mas também apontou desafios importantes de serem superados para sua efetivação. Isso gerou uma certa estagnação nas ações realizadas, seja pela desarticulação de algumas CIES, seja pela alta rotatividade de seus membros ou pela descontinuidade dos recursos que financiavam as ações.

Buscando sanar essas dificuldades, o Ministério da Saúde iniciou, em 2017, um processo denominado “a retomada da PNEPS”, desejando recolocar o tema da EPS na agenda das políticas públicas do país.

Iniciou-se um debate com estados e municípios sobre o fortalecimento da PNEPS em todo o país. Esse movimento, chamado Programa para o Fortalecimento das Práticas e Educação Permanente em Saúde no Sistema Único de Saúde (PROEPS-SUS) retomou o fluxo do financiamento através da transferência de recursos aos estados e municípios, com o objetivo de fortalecer e estimular a qualificação dos profissionais.

Você conhece a CIES do seu município ou região?

Sabe onde ela se localiza, o que ela tem feito ou quando ocorrem suas reuniões ordinárias?

Que tal você a se informar e acompanhar as atividades desenvolvidas pela mesma. E, se tiver oportunidade, participe.

Conhecer os espaços de articulação e formação dos trabalhadores, participar e acompanhar o que esta sendo debatido na sua cidade ou região é uma forma de empoderamento enquanto cidadão.

Se quiser conhecer um pouco mais quanto ao desenvolvimento da EPS em Mato Grosso, sugerimos que você faça a leitura do artigo Educação Permanente em Saúde: o Repensar sobre a Construção das Práticas de Saúde.



Você se sentiu provocado (a) a conhecer as CIESs de Mato Grosso?
Você pode procurar informações nos 16 Escritórios Regionais de Saúde de Mato Grosso ou na CIES Estadual, que está no espaço físico da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso.

E-mail de contato da CIES Estadual de Mato Grosso:
cies@ses.mt.gov.br



O papel da ESPMT como indutora da PNES em Mato Grosso, foi pactuado na Resolução CIB/MT nº 12 de 05/03/2020, que definiu como responsabilidade da Escola de Saúde Pública de Mato Grosso - ESPMT a Gestão da Política de Educação Permanente em Saúde e suas atribuições na Comissão de Integração Ensino Serviço - CIES Estadual.





dreamstime.com

Agora, vamos ouvir o que o Prof. Dr. Ceccim
relata, quanto a importância da Escola de Saúde
Pública no fomento e implementação da
Educação Permanente em Saúde!



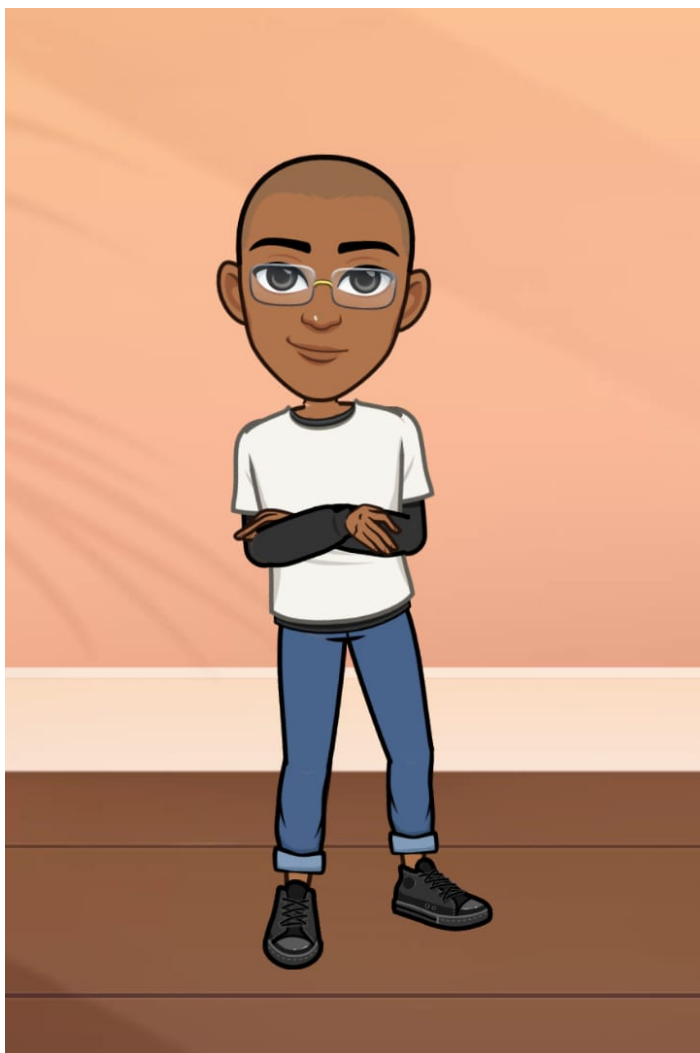
Concluindo...

Prezado(a) educando(a),

Finalizamos o quarto e último módulo da Unidade de Aprendizagem I.

Esperamos ter contribuído, na sua compreensão quanto ao que preconiza a Política de Educação Permanente em Saúde no mundo do trabalho em saúde, assim como, à importância da Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso como sua indutora em seu território sanitário.





Obrigado!

Antes de continuarmos nossa jornada,
faça as questões de aprendizagem propostas a
seguir.

Aguardo você...



[Clique aqui para
realizar a Atividade
de Aprendizagem
do Módulo 04 da
Unidade I!](#)

Referências

- _____. **Portaria MS nº 198 de 2004** - Institui a Política Nacional de Educação Permanente em Saúde como estratégia do Sistema Único de Saúde para a formação e o desenvolvimento de trabalhadores para o setor e dá outras providências, Brasília, DF, 2004b. Disponível em: <<https://www.nescon.medicina.ufmg.br/biblioteca/imagem/1832.pdf>>
- _____. **Portaria MS nº 1996 de 2007** - Dispõe sobre as diretrizes para a implementação da Política Nacional de Educação Permanente em Saúde. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2007/prt1996_20_08_2007.html> .

Textos de Apoio

- Cardoso MLDM, Costa PP, Costa DM, Xavier C, Souza RMP. A política nacional de educação permanente em saúde nas escolas de saúde pública: reflexões a partir da prática. Rev Cienc Saude Colet. 2017; 22(5):1489-500. Disponível In: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v22n5/1413-8123-csc-22-05-1489.pdf>
- Rojas FLL, Kehrig RT, Biato ECL, Santos NC. Educação permanente em saúde: o repensar sobre a construção das práticas de saúde. J Health NPEPS. 2019; 4(2):310- 330. Disponível In: [Educação permanente em saúde: o repensar sobre a construção das práticas de saúde/ Permanent education in health: the rethinking about the construction of health practices/ Educación permanente en salud: el repensar sobre la construcción de las... | Lemes Rojas | JOURNAL HEALTH NPEPS \(unemat.br\)](#)

Créditos

Autoras

M^a Ana Paula Corrêa Girardi
M^a Raquel Arévalo de Camargo

Como citar esse material:

CAMARGO, Raquel Arévalo de; GIRARDI, Ana Paula Corrêa. A Política de Educação Permanente em Saúde e a ESPMT no seu processo de implementação. A política de educação permanente em saúde e a ESPMT. In: Escola de Saúde Pública do Estado de Mato Grosso. **Capacitação para o exercício da docência nos cursos oferecidos pela ESP/MT**. Cuiabá, 2021.